



Concurso Público

para Provimento de Cargos



Advogado

INSTRUÇÕES

- 1 Identifique-se na **parte inferior** desta capa. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será excluído do Concurso.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação, **trinta questões** de Conhecimentos Específicos e **dez questões** de Conhecimentos de Informática.
- 3 Verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que possam dificultar a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 Na **Redação**, você será avaliado **exclusivamente** por aquilo que escrever dentro do espaço destinado ao texto definitivo.
- 5 Cada questão de múltipla escolha apresenta **apenas uma opção de resposta correta**.
- 6 Escreva de modo legível. Dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 7 Você dispõe de, no máximo, **três horas** para elaborar, em caráter definitivo, a Redação, responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 8 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 9 Antes de retirar-se definitivamente da Sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno** e a **Folha de Respostas**.

Identificação do candidato

Nome (completo, em letra de forma)		Nº da Inscrição
Nº da Turma	Assinatura	



Redação

Redija um texto (em prosa e em língua culta) apresentando argumentos que fundamentem seu posicionamento em relação à temática seguinte:

O Exercício da Profissão e as Novas Tecnologias da Comunicação e da Informática

NÃO assine o texto. Para rascunho, utilize o verso da capa.

ESPAÇO DESTINADO AO TEXTO DEFINITIVO

01. No âmbito do Direito Previdenciário, é **incorreto** afirmar:

- A) Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar o salário integral ao segurado empregado.
- B) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência, ficar incapacitado para o trabalho ou para a atividade habitual, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- C) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data da sua ocorrência, sendo pago diretamente pela empresa, com abatimento em guia de recolhimento.
- D) O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado, pela empresa, como licenciado.

02. Paulo, empregado de uma sociedade de economia mista, expondo essa condição, convence seu amigo Pedro a levar adiante plano para subtrair valores da referida empresa, os quais estavam guardados no cofre do estabelecimento-sede. Aproveitando-se da oportunidade de estar trabalhando além do horário normal do expediente, Paulo, juntamente com Pedro, com emprego de chave falsa, levam a cabo o plano e conseguem subtrair os valores que estavam guardados no cofre. Após alguns dias, a empresa descobre o ocorrido e o comunica à autoridade policial. Nesse caso, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A) Pedro responderá por furto qualificado, ao passo que Paulo responderá por peculato.
- B) Paulo e Pedro responderão por peculato.
- C) Paulo e Pedro responderão por furto qualificado.
- D) Paulo e Pedro responderão por roubo qualificado.

03. Sobre empresa pública e sociedade de economia mista, pode-se afirmar:

I)	A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital.
II)	A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, com capital integralmente público.
III)	A sociedade de economia mista somente pode adotar a forma de sociedade anônima.
IV)	A empresa pública pode adotar qualquer configuração societária admitida em direito.

- A) Todas as afirmativas são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I e II são corretas.

04. Sobre a lei de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92), é **incorreto** afirmar:

- A) A prescrição ocorre cinco anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- B) Consideram-se sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta.
- C) Proposta a ação, a transação, o acordo ou a conciliação surtirão efeitos desde que homologados judicialmente, contando com a participação do Ministério Público.
- D) São imprescritíveis as ações de ressarcimento por danos causados por agente público.

05. Sobre o procedimento licitatório previsto na Lei n.º 8.666/93, pode-se afirmar:

I)	A desclassificação vem a ser o ato administrativo vinculado, pelo qual a comissão exclui proposta apresentada por licitante habilitado, seja em razão de sua desconformidade com o ato convocatório, seja em razão de sua inviabilidade (preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis).
II)	A Administração Pública e o Poder Judiciário podem revogar a licitação.
III)	A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório, ao passo que, na inexigibilidade, sequer é viável a realização do certame.
IV)	A licitação será sigilosa até a abertura das propostas.

- A) As afirmativas I, II e III são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.
- D) As afirmativas I, III e IV são corretas.

06. No âmbito do Direito Administrativo, é correto afirmar:

- A) Estabilidade é a garantia do servidor público de que não pode ser demitido, salvo nas hipóteses de existência de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, também assegurada ampla defesa.
- B) Fato do príncipe é toda determinação estatal, positiva ou negativa, que, incidindo diretamente sobre o contrato, de forma imprevisível, impede ou dificulta a sua regular execução.
- C) Os cargos do Poder Executivo são criados e extintos por lei, podendo ainda ser extintos por Resolução, quando vagos.
- D) No contrato de concessão de serviço público, a retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é conhecida doutrinariamente como encampação.

07. “Quando haja perigo de dano grave ou irreversível, a falta de uma certeza absoluta não deverá ser utilizada para postergar-se a adoção de medidas eficazes em função do custo para impedir a degradação do meio ambiente.”

Tal assertiva está relacionada diretamente ao seguinte princípio fundamental do Direito Ambiental:

- A) princípio da incerteza
- B) princípio da precaução
- C) princípio do poluidor-pagador
- D) princípio do perigo

08. Sobre o controle de constitucionalidade em nosso país, pode-se afirmar:

I)	Compete privativamente ao Senado suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade.
II)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem entendido que os atos estatais de efeitos concretos não se submetem, em sede de controle concentrado, à jurisdição constitucional abstrata daquela Excelsa Corte.
III)	Se lei ou ato normativo municipal contrariar diretamente dispositivos da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação direta de inconstitucionalidade.
IV)	Nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

- A) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- D) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

09. Sobre os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que autorizados previamente pela autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- C) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão a mesma força normativa das leis infraconstitucionais.
- D) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

10. Não se sujeitam ao princípio da anterioridade tributária:
- A) imposto sobre produtos industrializados – imposto sobre a propriedade de veículos automotores – contribuições da seguridade social
 - B) imposto de importação de produtos estrangeiros – imposto sobre a propriedade territorial rural – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – imposto de guerra – empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência
 - C) imposto sobre a propriedade territorial rural – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – contribuições de seguridade social
 - D) imposto sobre produtos industrializados – imposto de importação de produtos estrangeiros – imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados – imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários
11. Consoante entendimento assentado atualmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- A) o imóvel transcrito em nome da autarquia, embora objeto de promessa de venda a particulares, continua imune de impostos locais.
 - B) a imunidade ou a isenção tributária do comprador se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.
 - C) o princípio da anterioridade não se aplica à revogação da isenção.
 - D) a chamada imunidade recíproca abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
12. Nos termos do Código Tributário Nacional, é **incorreto** afirmar:
- A) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes ou conseqüentes da obrigação principal respectiva.
 - B) A atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo de um tributo não constitui majoração do mesmo.
 - C) Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
 - D) A simples modificação da base de cálculo de um tributo, ainda que importe torná-lo mais oneroso, pode ser procedida por ato do Poder Executivo.
13. Nos termos do Código Tributário Nacional, constitui, **respectivamente**, causa de suspensão e de extinção do crédito tributário:
- A) o parcelamento e a remissão
 - B) a transação e o depósito do montante integral do crédito tributário
 - C) a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a moratória
 - D) a transação e a conversão de depósito em renda

14. No âmbito do Direito Tributário, é **incorreto** afirmar:
- A) O imposto de importação tem como fato gerador a entrada de produtos estrangeiros no território nacional, bastando, para tanto, que o navio esteja atracado no porto, ainda que de passagem pelo País.
 - B) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
 - C) Tem os mesmos efeitos de certidão negativa a certidão positiva que indique a exigência de crédito vincendo, ou sob execução garantida por penhora, ou com a exigibilidade suspensa.
 - D) O imposto sobre produtos industrializados é um imposto seletivo, em função da essencialidade do produto, e não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
15. Sobre a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96), é correto afirmar que
- A) as patentes referem-se às marcas e aos desenhos industriais, ao passo que os registros se referem às invenções e aos modelos de utilidade.
 - B) são patenteáveis descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos.
 - C) os direitos de propriedade industrial são considerados bens imóveis para os efeitos legais.
 - D) uma das diferenças entre o direito industrial e o autoral está relacionada à natureza do registro do objeto, ou da obra, uma vez que, enquanto o do primeiro é constitutivo, o da obra se destina apenas à prova da anterioridade.
16. Assinale a opção correta em relação aos seguintes enunciados:

I)	Na sociedade limitada, cada cotista, ou sócio, participa com uma parcela do capital social, ficando responsável diretamente pela integralização da cota que subscreveu, e solidariamente pela integralização das cotas subscritas por todos os outros sócios.
II)	Debêntures são títulos de crédito causais, que representam frações de mútuo com privilégio geral sobre os bens sociais ou garantia real sobre determinados bens.
III)	Por força de lei, as ações das sociedades anônimas devem ser nominativas, sendo proscritas as ações endossáveis e ao portador.
IV)	As sociedades anônimas abertas estão sob a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

- A) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Todas as afirmativas são corretas.
- D) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.

17. A respeito dos títulos de crédito, é **incorreto** afirmar:

- A) A nota promissória é uma promessa de pagamento pela qual alguém se obriga a pagar a outrem certa soma em dinheiro.
- B) No aval, a responsabilidade do avalista é subsidiária, pelo que lhe cabe invocar o benefício de ordem.
- C) Cheque é a ordem de pagamento a vista, emitida contra um banco ou instituição financeira que lhe seja equiparada, em razão de fundos que o sacador possui junto ao sacado.
- D) A duplicata mercantil é título causal, no sentido de que a sua emissão somente se pode dar para a documentação de crédito nascido de compra e venda mercantil.

18. Assinale a opção correta em relação aos seguintes enunciados:

I)	O Código Civil não prevê a <i>restitutio in integrum</i> em favor dos incapazes.
II)	São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 21 (vinte e um) anos.
III)	É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
IV)	Não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

- A) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- D) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.

19. Nos termos do Código Civil, assinale a opção **incorreta**:

- A) Veda-se às partes estipular contratos que não estejam previstos e regulamentados em lei.
- B) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- C) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- D) Vícios redibitórios são vícios ou defeitos ocultos em coisa recebida em virtude de contrato comutativo, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

20. Dentre as opções seguintes, indique a que **não** representa, atualmente, direito do advogado previsto na Lei n.º 8.906/94:

- A) sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, salvo se prazo maior for concedido
- B) ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados
- C) dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada
- D) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe for feita

21. Assinale a opção correta em relação aos seguintes enunciados:

I)	Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.
II)	A impugnação ao valor da causa será apresentada no prazo da contestação, sendo autuada em apenso, após o que o juiz determinará a suspensão do processo principal até a fixação do valor da causa, no prazo de 10 (dez) dias.
III)	A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas, sendo que a exceção será processada em apenso aos autos principais.
IV)	Proposta a ação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas em lei.

- A) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- B) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas.

22. Sobre os recursos no processo civil, assinale a opção correta em relação aos seguintes enunciados:

I)	São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Fazenda Pública, pelos órgãos da administração indireta e pelos entes que gozam de isenção legal.
II)	Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
III)	A apelação será recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
IV)	O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de não conhecimento deste, quando argüido e provado pelo agravado o descumprimento da juntada.

- A) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

23. De acordo com as assertivas seguintes, versando sobre o trabalho portuário, assinale a resposta correta:

I)	O órgão gestor de mão-de-obra, constituído por iniciativa dos sindicatos das categorias profissional e econômica, possui como finalidade básica administrar o fornecimento da mão-de-obra do trabalhador portuário avulso.
II)	A arrecadação e o repasse da remuneração devida em razão dos serviços prestados pelo trabalhador portuário avulso constituem obrigações dos operadores portuários, executadas por meio dos sindicatos profissionais.
III)	Os operadores portuários e o órgão gestor de mão-de-obra respondem solidariamente pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso.
IV)	Ocorrendo prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços, o órgão gestor de mão-de-obra não responderá pelos respectivos danos.
V)	O trabalhador portuário com registro no órgão gestor de mão-de-obra poderá ter vínculo empregatício a prazo indeterminado, cedido ao operador portuário.

- A) Apenas as afirmativas I e V estão erradas.
 B) Apenas as afirmativas II e IV estão erradas.
 C) Apenas as afirmativas I e II estão erradas.
 D) Apenas as afirmativas III e V estão erradas.

24. Em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro,

I)	os trabalhadores avulsos e os urbanos e rurais com vínculo empregatício possuem igualdade de direitos; os trabalhadores domésticos não têm assegurado o salário-família, o pagamento de horas extras e o adicional de insalubridade.
II)	o empregador obriga-se a garantir ao trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho e também indenizá-lo nos casos em que, presente a conduta culposa ou dolosa, demonstre-se a ocorrência de danos estéticos e físicos, ainda que não incapacitantes, decorrentes do próprio acidente.
III)	ao adolescente com idade inferior a dezoito anos e superior a dezesseis, proíbe-se o trabalho perigoso, insalubre, penoso e em horários e locais que não permitam a sua freqüência à escola, vedando-se, também, o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento realizado em escalas alternadas de seis horas cada uma.
IV)	veda-se a dispensa do empregado sindicalizado desde o registro da sua candidatura a cargo de direção, e também do empregado eleito para integrar Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a partir da respectiva eleição, garantia que se estende, em ambos os casos, até o período de um ano após o final dos mandatos.
V)	o empregado eleito para ocupar cargo de diretor de empresa, com todas as prerrogativas que lhe são inerentes, tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, computando-se, porém, o tempo de serviço do período. Nessa hipótese, após o término do mandato, garante-se o direito à reversão ao cargo efetivo, com as alterações e vantagens havidas no período.

- A) Apenas as afirmativas II e IV estão erradas.
 B) Apenas as afirmativas I e V estão erradas.
 C) Apenas as afirmativas IV e V estão erradas.
 D) Apenas as afirmativas I e II estão erradas.

25. Considerando o ordenamento jurídico e a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, representada pelas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, é correto afirmar:

I)	O ordenamento jurídico confere às empresas públicas o direito de efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
II)	É nula a contratação de empregado por sociedade de economia mista, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, somente fazendo jus, além da assinatura da Carteira de Trabalho e do recolhimento das parcelas previdenciárias, ao pagamento das horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
III)	É vedada a dispensa, sem alegação de motivo, de servidor público celetista contratado por sociedade de economia mista, após regular aprovação em concurso público.
IV)	Em caso de terceirização de serviços, o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, abrangendo-se inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista, que não poderão vir a ser chamadas para responder processualmente apenas por ocasião do procedimento de execução.
V)	A existência, no âmbito de sociedade de economia mista, de quadro de pessoal organizado em carreira, com homologação pelo Ministério do Trabalho, constitui fator de vedação ao direito de equiparação salarial.

- A) Apenas as afirmativas II e V estão corretas.
- B) Apenas a afirmativa III está correta.
- C) Apenas a afirmativa II está correta.
- D) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.

26. Em conformidade com a legislação trabalhista e a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, espelhada em suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, é correto afirmar que

- A) é válida a cláusula inserida no âmbito de acordo ou convenção coletiva de trabalho, contemplando a redução do intervalo intrajornada, na medida em que, no conjunto da negociação, possa resultar em outros benefícios para os trabalhadores.
- B) a compensação da jornada de trabalho não pode ser ajustada por acordo individual escrito celebrado entre a empresa e o trabalhador, somente sendo admitida por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, em que presente o sindicato da categoria profissional.
- C) a validade de acordo coletivo de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre condiciona-se à autorização prévia da autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, que é competente em matéria de saúde e segurança do trabalho.
- D) as horas extras prestadas pelos trabalhadores portuários serão pagas tomando-se por base o salário básico percebido, sem o acréscimo dos adicionais de produtividade e risco.

27. De acordo com a legislação trabalhista e a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, espelhada em suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, é correto afirmar:
- A) É direito do advogado, ao interpor recurso ordinário, não estando munido da procuração outorgada pelo recorrente, anexar o respectivo instrumento no prazo de quinze dias e vê-lo conhecido pelo Tribunal respectivo. Entretanto, somente será considerada sanada a irregularidade inicialmente havida, se tiver sido efetuado, na petição do recurso, o protesto formal para juntada posterior do mandato.
 - B) Em face do “*jus postulandi*”, o sócio-gerente de uma sociedade limitada, com formação em economia, e a quem o contrato social conferiu plenos poderes de representação da empresa, pode interpor recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, na defesa dos interesses da sociedade, porém não possui capacidade postulatória para interpor recurso extraordinário, no mesmo processo, para o Supremo Tribunal Federal.
 - C) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, suas autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus advogados e procuradores, estão dispensados da apresentação de instrumento de mandato.
 - D) É válido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito, para a prática de atos processuais reputados urgentes, devendo tal circunstância estar devidamente registrada no respectivo instrumento, inclusive com a indicação do ato a ser praticado.
28. A empresa pública RN DOCAS, sediada no município de Natal, foi notificada para comparecer a uma audiência trabalhista na 1ª Vara do Trabalho de Natal e apresentar defesa, em decorrência de reclamação trabalhista proposta por uma pessoa que afirma exercer o comércio individualmente, com inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, prestando assessoria de vendas na área de guindastes de grande porte. O reclamante também alega que, em face de negócio jurídico celebrado com a reclamada e devidamente executado na cidade do Rio de Janeiro, tem direito ao pagamento de resíduos de reajuste de parcelas do contrato e a uma indenização por danos morais. A empresa reclamada pretende defender-se, aduzindo (I) a incompetência material da Justiça do Trabalho; (II) a incompetência territorial da 1ª Vara do Trabalho de Natal; (III) a recusa injustificada do contratado em receber o valor proposto a título de resíduo de reajuste de parcelas do contrato e (IV) a incidência de multa contratual de responsabilidade do contratado, diante do descumprimento dos prazos pactuados.
- No âmbito do processo trabalhista, é correto afirmar, à vista da situação exposta:
- A) A incompetência material e a incompetência territorial deverão ser argüidas por meio de exceção, em peça processual própria; o valor reconhecido a título de resíduo de reajuste de parcelas do contrato deverá ser alegado para efeito de compensação; e a multa contratual poderá ser objeto de postulação em reconvenção.
 - B) A incompetência material deverá ser argüida por meio de exceção, em peça processual própria; a incompetência territorial deverá ser argüida como matéria preliminar de mérito na contestação; o valor reconhecido a título de resíduo de reajuste de parcelas do contrato deverá ser oferecido para depósito na própria audiência; e a multa contratual deverá ser alegada como matéria de defesa na contestação, a título de retenção.
 - C) A incompetência material deverá ser argüida como matéria preliminar de mérito na contestação; a incompetência territorial deverá ser argüida por meio de exceção, em peça processual própria; o valor reconhecido a título de resíduo de reajuste de parcelas do contrato deverá ser registrado para efeito de retenção; e a multa contratual não poderá ser objeto de postulação em reconvenção, exigindo ação autônoma para a sua cobrança.
 - D) A incompetência material deverá ser argüida como matéria preliminar de mérito na contestação; a incompetência territorial deverá ser argüida por meio de exceção, em peça processual própria; o valor reconhecido a título de resíduo de reajuste de parcelas do contrato deverá ser oferecido para depósito na própria audiência; e a multa contratual poderá ser objeto de postulação em reconvenção.

29. Em conformidade com a legislação trabalhista e a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, espelhada em suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, é correto afirmar:

- A) O mandado de segurança é a via processual própria para impugnar a antecipação de tutela concedida em decisão anterior à sentença prolatada por Juiz do Trabalho Substituto.
- B) Em caso de se verificar, na petição inicial do mandado de segurança, a ausência de documento indispensável, o Juiz do Trabalho poderá determinar, se assim for requerido pela parte interessada, até antes do despacho inicial no processo, que seja sanada a omissão, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- C) Considerando a regra de que a execução deve ser processada do modo menos gravoso para o executado, há direito líquido e certo da empresa reclamada, amparado por mandado de segurança, de garantir que a penhora incida sobre bem imóvel por ela apresentado, livre e desonerado de quaisquer ônus ou encargos, afastando-se o ato judicial que determinou a penhora em dinheiro encontrado na conta bancária da empresa.
- D) É incabível a impetração de mandado de segurança em face de decisão proferida em ação cautelar que defere a reintegração de trabalhador no emprego.

30. Diante das assertivas seguintes, marque a resposta correta, tendo em vista a legislação trabalhista e a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, espelhada em suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais:

I)	O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de agravo de instrumento e de revista.
II)	A admissibilidade de recurso de revista por violação de lei não exige como pressuposto a indicação expressa do dispositivo legal ou constitucional tido como violado, bastando que o tema jurídico tenha sido abordado.
III)	Os embargos de declaração da sentença caberão no prazo de oito dias, admitindo-se efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado.
IV)	Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, não se admite o recurso de revista, sendo cabível, entretanto, o recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho.
V)	O recurso ordinário e o recurso de revista terão efeito meramente devolutivo; o agravo de petição e os embargos terão efeito devolutivo e suspensivo.

- A) Todas as afirmativas estão erradas.
- B) Apenas as afirmativas I e IV estão erradas.
- C) Apenas a afirmativa IV está errada.
- D) Apenas as afirmativas I e V estão erradas.

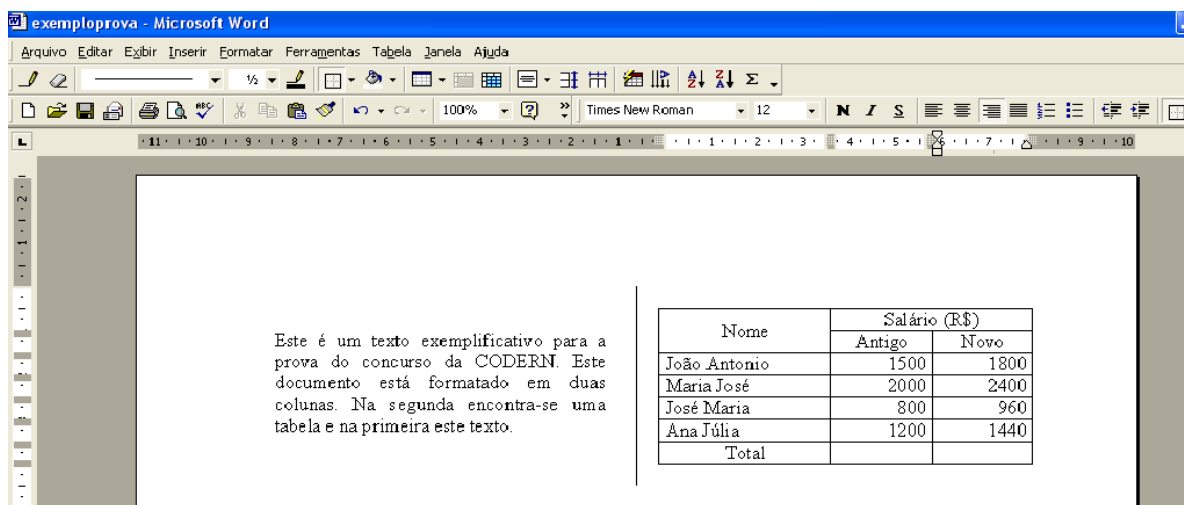
31. Considere as seguintes afirmativas, relacionadas à barra de Tarefas do Windows:

I	Através das operações de arrastar e soltar, é possível introduzir atalhos na barra de Inicialização rápida.
II	Um clique no botão direito do <i>mouse</i> sobre uma área vazia da barra de Tarefas mostra um menu contexto.
III	A posição da barra de Tarefas deve ser horizontal, na parte inferior da área de trabalho.
IV	É possível fechar um aplicativo que está sendo executado clicando-se o botão direito do <i>mouse</i> sobre o ícone do aplicativo na barra de Tarefas.




A opção em que todas as afirmativas são verdadeiras é:

- A) I, II e III
- B) I, II e IV
- C) II, III e IV
- D) I, III e IV

A figura a seguir mostra parte de uma janela do Microsoft Word e será utilizada para as questões 32, 33 e 34.





32. É correto afirmar:

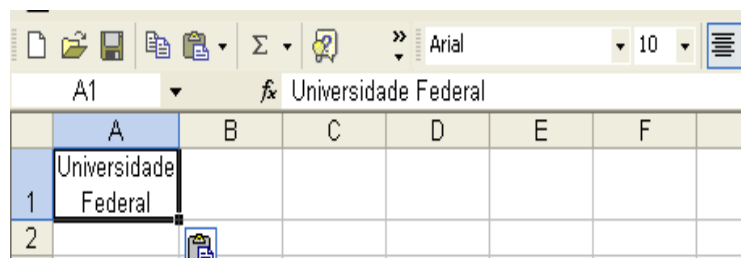
- A) O botão  indica que a espessura das linhas e bordas da tabela é de 1/2 milímetro.
- B) O botão  pode ser utilizado para escrever informações alfanuméricas nas células da tabela.
- C) Colocando-se o cursor no cruzamento da coluna Novo com a linha Total (célula em branco) e clicando-se o botão , obtém-se o valor 6.500.
- D) De acordo com a figura, o cursor (que não está visível) deve estar em qualquer das células da coluna Novo da tabela.

33. Existem várias seqüências de ações para construir uma tabela utilizando a barra de menu. A seqüência correta para construir a tabela mostrada é:
- A) Tabela/Inserir/Tabela/Escolher 3 colunas e 7 linhas/OK/Selecionar as 2 primeiras linhas da segunda coluna/Tabela/Mesclar Células/Selecionar a primeira linha da primeira coluna/Tabela/Dividir células/Escolher 2 colunas e duas linhas/OK
 - B) Tabela/Inserir/Tabela/Escolher 2 colunas e 7 linhas/OK/Selecionar as 6 últimas linhas da segunda coluna/Tabela/Dividir células/Escolher 2 colunas e 6 linhas/OK/Selecionar as duas primeiras linhas da primeira coluna/Tabela/Mesclar células
 - C) Tabela/Inserir/Tabela/Escolher 1 coluna e 7 linhas/OK/Selecionar as 6 últimas linhas/Tabela/Dividir células/Escolher 2 colunas e 6 linhas/OK/Selecionar as duas primeiras linhas da primeira coluna/Tabela/Mesclar células
 - D) Tabela/Inserir/Tabela/Escolher 2 colunas e 7 linhas/OK/Selecionar as 4 últimas linhas da segunda coluna/Tabela/Dividir células/Escolher 2 colunas e 4 linhas/OK/Selecionar as duas primeiras linhas da primeira coluna/Tabela/Mesclar células

34. A respeito da janela do MS Word, é correto afirmar:

- A) O botão  (não visível) pertence à barra de ferramentas de *Formatação*.
- B) Na barra de ferramenta padrão, aparecem todos os botões que a compõem.
- C) O botão  da barra de ferramentas *Tabelas e bordas* é utilizado para inserir uma tabela.
- D) As barras de ferramentas visíveis são: *Padrão*, *Formatação* e *Tabelas e bordas*.

35. A figura ao lado mostra que, na célula A1, foi digitado o título Universidade Federal, como mostrado na barra de fórmula. Para isso, a largura da coluna A foi alterada para 10,43.






Para se obter a formatação mostrada, a seqüência correta é:

- A) Formatar/ Células.../ Guia Alinhamento/ Alinhamento de texto Horizontal: **Centro**/ Controle de texto: **Mesclar células**/ OK
- B) Formatar/ Células.../ Guia Alinhamento/ Alinhamento de texto Horizontal: **Centro**/ Controle de texto: **Reduzir para ajustar**/ OK
- C) Formatar/ Células.../ Guia Alinhamento/ Alinhamento de texto Horizontal: **Centro**/ Controle de texto: **Retorno automático de texto**/ OK
- D) Após digitar **Universidade**, foi teclado Enter e, em seguida, digitado **Federal**/ botão Centralizar.

36. Considere os seguimentos de planilhas mostrados nas figuras ao lado, sendo o da direita o resultado após a formatação do seguimento da esquerda. A seqüência correta utilizada para formatar o conteúdo da faixa de células de A1 a B5 é:

	A	B
1	Zenaide	2500
2	Pedro	300
3	Ana	650
4	Marcio	850
5	Julia	1500

	A	B
1	Ana	R\$ 650,00
2	Julia	R\$ 1.500,00
3	Marcio	R\$ 850,00
4	Pedro	R\$ 300,00
5	Zenaide	R\$ 2.500,00

- A) Formatar/ Células.../ Guia Número/ Categoria: **Contábil**/ Casas decimais: **2**/ Símbolo: R\$/ OK
- B) Formatar/ Células.../ Guia Número/ Categoria: **Moeda**/ Casas decimais: **2**/ Símbolo: R\$/ OK/ botão Classificação crescente 
- C) Formatar/ Células.../ Guia Número/ Categoria: **Número**/ Casas decimais: **2**/ Usar separador de milhar/ OK/ botão Classificação crescente 
- D) Formatar/ Células.../ Guia Número/ Categoria: **Geral**/ Casas decimais: **2**/ Símbolo: R\$/ OK/ botão Classificação crescente 

37. A figura abaixo mostra um trecho de planilha contendo nomes, idade e altura de alguns jogadores. Supondo que, na coluna D (Situação), foi colocada a fórmula: **=SE(E(B2>=16;C2>1,72);"Compete";"Não Compete")**, é correto afirmar que irão competir:

	A	B	C	D
1	Jogador	Idade	Altura	Situação
2	Beth	20	1,80	
3	Ana	17	1,70	
4	leda	15	1,20	
5	Jose	17	1,75	
6				

- A) Beth e leda
- B) Beth e Jose
- C) leda e Jose
- D) Ana e leda

38. Considere as seguintes afirmativas, relacionadas à Internet:

I	Webmail é um sistema que permite gerenciar serviços de mensagens na Internet.
II	Para cada <i>site</i> que está visitando, o usuário do Internet Explorer pode definir três níveis de segurança: Restrito, Irrestrito e Médio.
III	Quando o usuário torna uma página da Web disponível <i>off-line</i> , ele pode ler o seu conteúdo quando o computador está desconectado da Internet.
IV	TCP/IP é o protocolo-base usado para comunicação entre computadores na Internet.

A opção em que todas as afirmativas são verdadeiras é:

- A) II, III e IV
- B) I, II e IV
- C) I, II e III
- D) I, III e IV

39. A respeito de serviços na Internet, é correto afirmar:

- A) A transferência de um arquivo do computador de um usuário para um servidor na Internet é denominada *upload*.
- B) O FTP é o serviço da Internet que possibilita aos usuários se comunicarem em tempo real (o popular bate-papo).
- C) Um possível endereço de *e-mail* da CODERN é www.codern.com.br
- D) Dois usuários da Internet só podem trocar e-mail se ambos estiverem conectados.

40. Considere as seguintes afirmativas, relacionadas ao MS PowerPoint:

I	O modo de classificação de <i>slides</i> é o mais indicado para organizar os <i>slides</i> .
II	Cada <i>slide</i> funciona como uma página de uma apresentação.
III	A ordem de apresentação dos <i>slides</i> deve ser a mesma em que foram criados.
IV	Os principais modos de exibição de <i>slides</i> são: <i>normal</i> , <i>estrutura de tópicos</i> , <i>classificação</i> , <i>slides</i> e <i>apresentação</i> .

A opção em que todas as afirmativas são verdadeiras é:

- A) I, II e III
- B) II, III e IV
- C) I, II e IV
- D) I, III e IV

